

Contra o eco-capitalismo

Contraciv

Esta é uma produção independente, sem copyright, e está disponível em PDF gratuitamente.

Como citar este livro:

Contraciv. Contra o eco-capitalismo. Contraciv, 2023.

Capa: Vertov Rox.

CONTRACIV, 2023
CONTRACIV.NOBLOGS.ORG

Sumário

1. Civilização, insustentabilidade e capitalismo	5
2. Os imperativos letais do desenvolvimento econômico	7
3. Dádiva e sociabilidade.....	10
4. Contra o capital	14
5. Justiça, direito e civilização.....	19
6. Sociedade do trabalho	20
7. Ambientalismo capitalista	23
8. Contra o eco-consumismo	25
9. Como combater o eco-capitalismo	32
Referências	35

1. Civilização, insustentabilidade e capitalismo

Os seres humanos têm cerca de 250.000 anos de idade. O modo de vida civilizado existe há cerca de 10 mil anos. A civilização não se espalhou por um extraordinário sucesso evolutivo. A civilização se espalhou pelo expansionismo: invasão; conquista; assimilação e aniquilação.

O capitalismo é a última tendência da civilização. O socialismo se apresenta como a alternativa hegemônica a essa tendência. Ambos discordam sobre como os meios de produção serão administrados, mas nenhum deles critica a civilização.

Há indícios de que os humanos tinham estabilidade populacional e sustentabilidade ecológica antes da civilização. A civilização, com todas as suas conquistas monumentais, longe de ser a manifestação máxima da potencialidade humana, é a manifestação de sua miséria mais profunda. E não onde ela falha, não onde falta, mas precisamente onde é mais proeminente. É o resultado daquilo que nos faz buscar na construção de símbolos externos de poder o que nos falta internamente.

O modelo econômico atual foi criado para responder à crise do modelo anterior, e o fez ganhando tempo em troca de gerar instabilidade. A desregulamentação dos mercados tornou-se um vício. Para salvar a lucratividade, os empregos devem ser sacrificados. A economia mundial é impulsionada pelo consumo excessivo. Se o consumo diminui, algo tem que compensar essa perda e não há mais onde tirar dinheiro. O dinheiro público passa a ser usado para pagar dívidas privadas e evitar o colapso dos

mercados, o que pode gerar um efeito dominó. No final das contas, quem lucra com isso são os bancos (HUSSON, 2011).

O novo papel da cultura global é nos fazer sentir bem em cooperar com a reestruturação econômica para diminuir o impacto da crise. E uma das soluções sugeridas é o ecocapitalismo. Trata-se de abrir um novo espaço para o lucro, transformando a produção e os serviços em negócios um pouco mais ecológicos. Os consumidores pagarão por isso se estiverem convencidos de que é sua responsabilidade ter carros mais limpos e usar fontes de energia mais sustentáveis. Quando a cultura diz “salve o planeta”, na verdade está dizendo “salve a economia” (MÜLLER, 2008).

Não que os danos ao meio ambiente não sejam reais. Mas o ecocapitalismo não aborda a causa da crise ambiental. O discurso ecológico serve de pretexto para salvar o capitalismo. Por meio dela, é possível promover um novo ideal de “bem-estar social”. Uma que não obrigue as instituições públicas a gerir o bem público, mas, ao contrário, que justifique um investimento na iniciativa privada e a deixe gerir o bem público através do mercado de consumo. Assim, não será preciso prejudicar as grandes empresas. Pelo contrário, beneficiarão de dinheiro público, com a desculpa de que é um incentivo à criação e adoção de estratégias e tecnologias mais ecológicas. O governo cria leis garantindo esses benefícios, não só porque os políticos também são investidores nessas empresas, mas porque essa é a única forma de sustentar a economia global.

É o dinheiro do consumidor que cobre os gastos para transformar a civilização atual em uma civilização mais ecológica. Mais do que isso, o processo de desestabilização iniciado no neoliberalismo se perpetua graças a esse investimento. Quem tem dinheiro pode

salvar o mundo comprando alternativas ecológicas. Quem não tem nada a oferecer ao “planeta” será prejudicado, pois provavelmente só poderá recorrer aos meios mais “primitivos” como fonte de renda.

Leis, acordos e políticas para poupar o planeta dos danos ambientais causados por produtos de uso diário nunca serão suficientes. Na realidade, eles servem apenas para impedir que mudanças significativas ocorram. Mesmo a ala mais radical do ambientalismo é reformista em relação à civilização (HEINBERG, 2005).

Se a própria civilização é um problema, nenhuma quantidade de ambientalismo servirá. A devastação ambiental é apenas um dos efeitos da civilização. O capitalismo verde é uma continuação do capitalismo baseado no petróleo e nas guerras, e qualquer outro tipo de capitalismo não sobreviverá. Mais do que isso, passar para o próximo estágio da civilização não resolve o problema inerente ao processo cultural que o gerou. Temos lidado com crises dentro de crises dentro de crises desde o início da civilização. A crise central, mais importante e mais fundamental é também a mais primitiva...

2. Os imperativos letais do desenvolvimento econômico

Um bom exemplo de como nosso sistema econômico pode ser prejudicial está na forma como tratamos a agricultura e a medicina, conforme examina Capra (2012).

Para suprir a expansão econômica, produtos baratos, mas pouco nutritivos, são vendidos por meio de grandiosas campanhas publicitárias, colocando à disposição do consumidor alimentos cada

vez menos saudáveis. As regras da economia beneficiam quem vende mais, por isso é mais lucrativo investir em publicidade do que na qualidade do produto.

A agricultura tornou-se uma grande indústria hoje, escrava dessas regras insalubres. Para produzir mais, os agricultores são obrigados a apenas reproduzir técnicas criadas por agrônomos, perdendo sua autonomia. Os agricultores são agora forçados a desconsiderar as relações ecológicas entre plantas, animais, solo, água e ar. Eles são movidos pela conveniência do mercado para produzir bens para suprir uma demanda criada pela publicidade.

Nessa indústria, os animais são torturados, amontoados, recebem alimentação inadequada e são mantidos vivos com antibióticos, passando uma vida de intenso sofrimento. Com as plantas não é muito diferente. Eles são modificados quimicamente para resistir às pragas, quando na verdade estão se tornando cada vez menos nutritivos. Tudo isso causa impacto ambiental no solo, que se torna infértil; e para os rios, que ficam poluídos pelo acúmulo de lixo tóxico.

Para piorar, grande parte do custo da nossa alimentação vem dos gastos com combustível para transporte. A agroindústria depende da indústria petroquímica, ou seja, tornou-se dependente de um recurso não renovável que causa enormes problemas ambientais e sociais.

Com tudo isso, podemos afirmar com segurança que nossa agricultura é hoje o empreendimento mais insustentável do mundo e, portanto, a maior ameaça à vida neste planeta. Ainda pode-se supor que pelo menos o lucro dos trabalhadores da terra aumentou. Na realidade, o que aconteceu foi o contrário: é cada vez mais difícil

para uma pessoa comum viver do cultivo de alimentos. O trabalho mais essencial para nossa existência tornou-se o mais inseguro de todos.

O problema da agricultura está relacionado com o problema da medicina. A maior parte do custo do tratamento de doenças poderia ser evitada com uma alimentação mais saudável. As empresas farmacêuticas controlam desde a formação dos médicos até como eles vão usar seus conhecimentos, segundo o interesse de algumas empresas que fabricam medicamentos e equipamentos hospitalares. Essa forma de tratar a agricultura e a medicina, duas áreas consideradas primordiais para o bem-estar das pessoas, reaparece de forma semelhante em praticamente todas as formas de trabalho e produção de nossa sociedade. Essas coisas não parecem ter uma solução simples. Cada vez que aumentamos o financiamento ou criamos leis na esperança de corrigi-los, apenas mudamos o foco do problema e, na verdade, o pioramos.

Por exemplo, a lógica utilizada para avançar no processo de industrialização das fazendas foi reduzir a escassez de alimentos. A promessa era que os alimentos produzidos em massa eliminariam a fome. O que aconteceu foi exatamente o contrário, e várias empresas ficaram ricas com isso, porém continuamos acreditando que a fome pode ser resolvida com avanços tecnológicos e aumento da produção. Mas nosso sistema econômico não garante distribuição igualitária, nem garante que a prioridade seja a subsistência, mas a exportação e a expansão do mercado. A fome não é um problema de distribuição de alimentos, ela foi gerada pela perda de autonomia dos trabalhadores rurais sobre os recursos agrícolas. Para resgatar essa autonomia, seria necessário acabar com a agroindústria, o que obviamente não é algo simples de se fazer.

3. Dívida e sociabilidade

Graças à cultura mercantil, nos acostumamos a ver todas as nossas relações como trocas iguais, daquelas que não geram dívidas. Mas a dívida é a base sobre a qual os laços sociais são fundados. Quanto mais forte for o vínculo com alguém, mais forte será o sentimento de que devemos a essa pessoa algo que dificilmente conseguiremos retribuir. Esse sentimento de endividamento ou gratidão é fundamental para a economia da dívida. Nele, damos sem esperar retorno, mas o resultado involuntário é a dívida que fortalece o vínculo afetivo. A sensação de dívida é eliminada quando se busca quitar a dívida, quando se busca sempre pagar exatamente pelo que se recebe. A troca equivalente está relacionada à individualização e ao enfraquecimento dos laços sociais (GODBOUT, 1998).

Tudo começou na forma como nos relacionamos com a natureza. Em algum momento da história da humanidade, houve uma transição fundamental nessa relação. Em vez de pensar no que recebemos da natureza em termos de presentes, começamos a pensar em termos de extração de recursos. A extração ou produção é considerada uma troca equivalente, que não produz dívida: troca-se trabalho humano (força + tempo) e obtêm-se recursos ou produtos. Para o pensamento econômico do século XIX, é como se o trabalho humano produzisse um vínculo entre o trabalhador e o produto de seu trabalho. Tal vínculo, quando ocultado pelas relações de mercado, produz uma alienação do trabalho. Poucas linhas são ditas, porém, sobre a alienação da natureza em relação à matéria que originou o produto do trabalho. Tanto o utilitarismo quanto o materialismo econômico dominante eliminam o conceito de dívida de nosso relacionamento com a natureza.

O presente é gratuito, não exige retribuição equivalente e fortalece os laços entre os envolvidos, como o carinho que os pais oferecem aos filhos. Uma troca equivalente permite a negociação, uma vez que a equivalência depende de critérios variáveis. Numa barganha é possível obter vantagem. Isso possibilita o lucro. Uma pessoa não barganha consigo mesma para atingir um objetivo. Uma parte do corpo não negocia com a outra antes de fazer algo por ela. O processo de eliminação do dom está relacionado à separação entre o ser humano e seu ambiente.

Na relação mediada pela dádiva, não cabe o conceito de produção, produto ou mercadoria. A comida, por exemplo, não é simplesmente produzida pelo trabalho. Portanto, não faz sentido falar em aumento de produção ou eficácia de produção. Para realizar o cálculo que permite obter mais coisas com menos trabalho, é preciso criar outra relação com a natureza. Tudo depende de qual visão de mundo está mais próxima da verdade: ou o ser humano sempre quis acumular, mas nunca conseguiu subir ao topo da pirâmide das necessidades até um período relativamente recente da história humana, ou vivia em um ciclo de abundância, e o desejo de acumular nunca durou o suficiente para estimular uma indústria focada em aumentar a produção. Tudo o que sabemos é que o excesso é resultado de uma economia de escassez (SAHLINS, 2004).

A resposta ao presente é outro presente, mas mesmo quando há uma aparente troca de presentes, a lógica não é a da troca. A resposta ao presente ocorre pelo prazer de dar, não pela exigência de receber algo em troca. Em vez de uma troca, o que ocorre é um ciclo interminável de presentes, cada um dos quais apenas aumenta a dívida de um para com o outro. Você só paga a dívida quando quer

romper o relacionamento. É por isso que os amigos respondem a um presente com certo constrangimento: “Você não deveria”, o que significa ausência de dever no sentido de obrigação, mas não ausência de dívida. Você só não quer dever nada a alguém que não quer mais ver. Alguns procuram saldar suas dívidas com os mortos para permitir que seu espírito se liberte das correntes que o prendem, o que demonstra a força do laço social gerado pela dádiva.

Nossa sociedade isolou seus membros dos demais seres, tirando-os do ciclo aberto a que estão sujeitos todos os outros seres, e inserindo-os em ciclos aparentemente fechados de circulação de matéria e energia. No entanto, esses ciclos não estão fechados, apenas a relação com o restante do ciclo de vida foi ocultada. Sem esse tipo de alienação, não seria possível construir sistemas de extração e uso de recursos de forma tão predatória. Um ser não pode ser separado de seu ambiente sem adoecer. O que está em jogo é a domesticação, a separação daquilo que dá forma e estrutura ao ser.

O paradigma da dádiva inverte a questão ética do utilitarismo. A ética do utilitarismo pergunta pela ação que maximize os ganhos e minimize as perdas. A premissa é a existência de um desejo natural e individual de alcançar a otimização. A ética de dar não está preocupada com a otimização, mas com o prazer de dar. Assim, ela não pergunta pelo que se ganha, mas pelo que pode ser dado gratuitamente. A ética mercantil ou utilitária expande a possibilidade de controlar e planejar a ação para novos horizontes. Essa expansão possibilita o aumento exponencial da complexidade social, que nos insere de forma aparentemente inexorável em uma torrente de mudanças sociais e culturais (CLASTRES, 2021).

O prazer é o motor da dádiva, não o dever. É sobre o prazer de dar como base de todo relacionamento humano. O paradigma que parte do interesse pela acumulação precisa explicar o fenômeno da dádiva como uma exceção, um desvio da norma, algo extraordinário ou mesmo doloroso. O paradigma da dádiva, ao contrário, parte do interesse em compartilhar, e o fenômeno a ser explicado é o da acumulação. De qualquer forma, ao invés de perguntar “por que alguém dá sem esperar algo em troca?”, nos perguntamos “por que alguém para de dar e começa a acumular coisas?”. Ou seja, o que faz uma pessoa interromper o processo contínuo de doação, o que faz com que ela se isole do ciclo de doação que foi seguido por todos os nossos antepassados?

Quando consideramos também a necessidade de dar e não apenas a necessidade de receber, as estruturas de negociação e valor que visam controlar a relação entre gastos e ganhos perdem o sentido. Em tais condições, o conceito de propriedade é elusivo. Mesmo que algo seja confiado a alguém, não se torna propriedade de alguém. Esse tipo de relacionamento centra-se no vínculo entre dois seres. Os objetos têm valor referente a esse vínculo. Nada pode realmente ser adquirido, comprado ou vendido. O que não é seu não pode ser possuído.

Por exemplo, quando o alimento é digerido, ele se torna parte do que constitui um ser. Ao instituir que objetos externos podem ser considerados como propriedade de uma pessoa, nos tornamos como devoradores do mundo. As coisas que não pertencem ao nosso corpo tornam-se parte de nós. Assim, paralelamente ao crescimento do corpo, crescemos à medida que acumulamos coisas. Esse novo tipo de crescimento nos converte em seres assimiladores, além de conferir à sociedade um poder semelhante ao poder de um

organismo biológico. As coisas que acumulamos nos tornam maiores. À medida que nossa dependência desses objetos aumenta, nos tornamos dependentes do próprio processo de acumulação.

Se os objetos que acumulamos fazem parte de nós, somos compostos de partes orgânicas e inorgânicas. Quando a extensão do controle determina nossa sobrevivência, os valores não podem permanecer os mesmos. A estrutura do mercado não é um resultado inevitável do desenvolvimento humano. Se hoje vivemos numa sociedade de escassez, isso se deve em primeiro lugar à passagem da economia da dádiva à economia da troca como modelo de relação entre os seres.

4. Contra o capital

O conceito de capital pressupõe a transformação da natureza em objeto de produção e consumo humano, e isso estabelece uma desigualdade fundamental entre o homem e a natureza. O ser humano civilizado acredita que pode produzir o bem de todos através do trabalho. O capital é o resultado da crença de que somos merecedores de um direito inalienável à vida, à liberdade e à propriedade. Como se a natureza não fizesse mais do que sua obrigação de nos fornecer os meios para viver com saúde e sentir prazer.

O civilizado é aquele que jurou nunca mais sentir fome na vida, mesmo que tenha que matar, roubar, mentir ou trair. Exigimos tudo do mundo sem nos sentirmos constrangidos a dar nada. Queremos ser aceitos por um mundo que não aceitamos como ele é. Queremos transformar o mundo em algo mais humano. Chamamos o mundo selvagem de injusto e violento.

Por uma questão de princípio, excluimos os não humanos de todas as deliberações sobre o que fazemos ou não com todo o planeta, pois, segundo nossos conceitos, somente os humanos podem deliberar. Se a natureza quer ser respeitada, deve falar a nossa língua. Não precisamos mais falar em seu idioma, pois é muito lento e não temos tempo a perder. Acreditamos que basta os seres humanos concordarem uns com os outros sobre o que acham que seria melhor para todos. Acreditamos que fortalecer os laços humanos é o único caminho viável para tornar a sociedade mais justa. Acreditamos que somos o cérebro da natureza, sua mente, seu centro de decisão.

O capital não precisa ser compartilhado. Ele precisa ser abandonado, junto com seus meios de produção. A categoria “trabalho” precisa ser substituída pela categoria “dádiva”. Não se trata de sentimentalismo. Não se trata de idealizar a dureza da vida que as pessoas levam em modos de vida “primitivos”. O que importa se a vida foi fácil ou difícil? O que importa para mim é se ela é viável.

Só percebemos o que não precisamos quando tentamos ficar sem isso por um tempo. Não há nada realmente necessário que não possa ser construído novamente.

Muitas pessoas concordam com essas críticas à sociedade capitalista. Eles gostariam de viver em uma sociedade mais simples e justa, mas precisam de dinheiro, pois sem dinheiro não há como viver. Pessoas que se revoltam contra o sistema não chegarão a lugar algum.

A questão não é se você quer viver ou não. É óbvio que, se o dinheiro é necessário para viver nesta sociedade, não podemos ser

contra o dinheiro. A questão é se você é contra o capital. Pois se você é contra isso, o que você faz a respeito?

Quando alguém te ataca, te rouba ou te machuca de alguma forma, você reage. Você não luta simplesmente porque reconhece que uma injustiça foi cometida, você luta porque esses direitos são reconhecidos pelo poder dominante. Mas se não houver nenhuma organização ou instituição apoiando sua luta, parece inútil.

Você conclui que não podemos nos livrar desse sistema, por pior que seja, porque ninguém vai apoiá-lo se você começar a fazer isso. Eles podem humilhá-lo, espancá-lo e prendê-lo. Ninguém vai ficar do seu lado. Portanto, você não considera isso uma luta legítima. Você acha que quem faz isso não tem nada a ganhar, só a perder, então não tem validade. Só tem validade se os poderosos lhe derem validade.

Se lutarmos contra a cultura dominante para provocar uma mudança radical, seremos espancados e ridicularizados. Se você faz algo que não visa um benefício considerado legítimo, você é um sonhador, um louco...

Dizem que depois dos 30 precisamos parar de pensar com o coração e começar a pensar com a cabeça. A verdade é que começamos a pensar com o estômago, porque o controle depende do medo da fome e da vontade de consumir. Por mais que você prospere neste sistema, no momento em que você se opõe a ele, você perde todos os seus privilégios.

Esta sociedade é fundada na maximização da acumulação. É muito mais fácil ganhar dinheiro com a exploração do que com qualquer outra coisa. Porque o dinheiro investido na exploração gera mais

dinheiro, mas o dinheiro usado para fazer o bem não volta. Por mais que você invista em alternativas, explorar algum aspecto da natureza sempre será mais vantajoso, e quanto mais dinheiro você investir em exploração, mais dinheiro você ganha, enquanto o dinheiro usado para preservá-la não gera mais dinheiro. O sistema monetário é fundamentalmente a favor da exploração.

Mas quem precisa de dinheiro para fazer as mudanças necessárias? Dinheiro não compra mudança de opinião. Poderíamos viver na mais perfeita das sociedades, e ainda seria possível criar uma forma de acumular e expandir, se isso continuar sendo visto como um valor.

"Se a sua experiência é que a água vem da torneira e a comida vem do supermercado, você vai lutar até a morte por essas coisas", diz Derrick Jensen (1998). Nossa experiência é que cooperar com esse sistema, por mais injusto que seja, nos mantém vivos. Então lutamos para permanecer nele. Nossa experiência é que lutar por outro modo de vida pode nos matar, então consideramos isso uma loucura. O medo central de lutar por outro modo de vida é que você perderá sua vida. Todos nós queremos preservar a vida. Se todos soubessem que esse modo de vida é a verdadeira ameaça à vida, não continuariam avançando com planos de expansão.

Não acho que nossa sociedade possa ser mudada sem muito esforço. Para chegar até aqui tivemos que causar enormes danos à natureza e às culturas nativas, e não podemos reverter esses danos sem abrir mão dos benefícios.

Esta sociedade é fundada no valor positivo da produtividade. Temos dificuldade em conceber como produzir pode significar algo negativo. Mesmo sabendo que nada é tão destrutivo quanto nosso sistema produtivo, ainda assim nos sentimos inúteis quando não

colaboramos com ele. Só nos sentimos bem quando estamos bem ajustados, quando temos bons empregos e bons salários. Produção, criação e acumulação são termos relacionados. Ambos correspondem a algo que está sendo adicionado, ao saldo positivo. Ser produtivo e criativo, nesse sistema, equivale a cooperar com o acúmulo que está nos destruindo. Em última análise, ser produtivo e criativo, nesse sistema, equivale a ser autodestrutivo.

Quando pensamos em vencer, primeiro pensamos em algo benéfico. É por isso que ninguém quer perder e todos querem ganhar. Mas isto revela algo: se pensamos primeiro no que é bom, é precisamente porque nos falta. Se estivéssemos satisfeitos com o que temos, ganhar mais coisas não seria tão desejável e perder não seria tão ruim. Nossa positividade é uma fachada para nossa carência. Não percebemos que, na situação atual, o que mais deveríamos valorizar é o negativo, a perda, o decréscimo, porque crescemos demais e agora não conseguimos administrar nossos empreendimentos monumentais. Nós nos concentramos em coisas que podem ser adicionadas, não em coisas que podem ser subtraídas. Pensamos em milhares de coisas que poderíamos ter e ainda não temos.

Se as pessoas se opusessem à injustiça inerente a este sistema de acumulação com tanta determinação, garra, paixão e fúria como se opõem ao caixa do supermercado que cobrou o preço errado, ou ao motorista do ônibus que não parou no ponto certo, ou ao faxineiro que estragou a pintura do seu apartamento, com certeza as coisas seriam diferentes...

Quem nos deu o direito de construir nossa cidade neste lugar e fazer o que fazemos com a vida natural que existiu aqui? Quem nos dá o

direito de colher os frutos da escravidão e do desmatamento? O que significa lutar contra o capital em um mundo onde o capital é equivalente a deus?

5. Justiça, direito e civilização

Assim como os antigos gregos consideravam que quem vivesse fora da polis não poderia ser muito mais que um selvagem, nós preferimos confiar em pessoas que seguem nossos costumes.

Com o controle e expansão dos territórios, as pessoas foram forçadas a viver em grupos muito maiores do que jamais foi possível. À medida que iam sendo assimiladas, as diferentes culturas humanas iam se adaptando a um novo modo de vida: a multidão. Essa multidão precisava de um critério comum para decidir o que fazer quando ocorresse um conflito, pois seus costumes eram incompatíveis.

A urgência de colocar as coisas em ordem levou os colonizadores a criar sistemas de leis universais. Com o monopólio do uso da violência, as autoridades esperavam reduzir o número de conflitos. Onde não pode haver justiça, resta causar danos equivalentes e assim satisfazer o desejo de vingança das vítimas.

Isso se tornou possível porque no modo de produção em massa, as pessoas perdem sua importância como indivíduos. Em um pequeno grupo, cada pessoa faz a diferença para a sobrevivência de todos. Um grupo que insistisse em dobrar as perdas em vez de minimizá-las não sobreviveria por muito tempo com um estilo de vida de subsistência. Mas no meio da multidão é mais fácil matar, prender ou multar os encrenqueiros do que lidar com a causa do problema.

Os seres humanos viveram sem leis positivas durante a maior parte da história e, ainda hoje, a instabilidade e a efemeridade das organizações sociais primitivas são os pressupostos básicos para as teorias do direito. Sem uma mudança profunda no próprio conceito de direito, nenhuma mudança legal resolverá nenhum problema humano.

6. Sociedade do trabalho

Ao tentar definir o ser humano, os filósofos recorreram a vários aspectos, desde a racionalidade até sua constituição genética. Mas a questão sobre o papel do ser humano na terra envolve a questão da etologia humana, ou seja, do comportamento humano, incluindo a cultura.

Em um mundo que causa traumas e dependência do trabalho, eventos ocorridos no ambiente de trabalho ou pensamentos decorrentes da atividade laboral têm sido os temas mais comuns em conversas informais, mesmo em conversas entre familiares, casais, amigos ou mesmo desconhecidos. O trabalho, e tudo o que ele dá origem, invadiu gradualmente todo o nosso tempo, a nossa vida, a nossa mente e todas as nossas disposições para a ação. O comportamento no trabalho tornou-se mais condicionante para o indivíduo do que sua convivência em qualquer outro espaço social. De fato, a tendência alienante do trabalho repetitivo, comum na era industrial, foi substituída por uma etologia que leva a vida ao trabalho e o trabalho à vida, em todos os seus aspectos.

Assim, a etologia humana está cada vez mais centrada na sociedade do trabalho, confundindo-se com a etologia do trabalho. Não apenas trabalho humano, mas trabalho socialmente útil, isto é, trabalho que

coopera para o progresso de uma sociedade civilizada. O ethos exigido no ambiente de trabalho, assimilado como lição de vida por meio de discursos motivacionais, tornou-se um estilo de vida, algo que se torna a base do comportamento em todos os outros aspectos da vida. A carreira como estilo de vida se torna um fetiche. O olhar cotidiano torna-se um “olhar médico”, um “olhar legal”, um “olhar filosófico”, e assim por diante. Tudo gira em torno da profissão. O indivíduo centrou sua vida mais no trabalho do que em qualquer outra de suas capacidades. Em outras palavras, a função artificial, criada para suprir uma sociedade de acumulação, está substituindo todas as funções e responsabilidades que tínhamos no passado. Nesses termos, a sociedade do trabalho criou um novo papel para o ser humano, privando-nos dos direitos e deveres que tínhamos e substituindo nossa ética por uma ética baseada na produção e no consumo.

A etologia de humanos não civilizados se assemelha à etologia de animais não domesticados ou selvagens. Este modo de vida foi abandonado e considerado aprisionador, pobre e primitivo. A questão que se coloca é então uma oposição entre o trabalho, que é a função social na estrutura do mercado, e a função humana para o meio em que emergimos. Quando todos os comportamentos visam apenas a manutenção do trabalho; quando até a arte existe em função do trabalho e segue a mesma estrutura do trabalho; quando todas as atividades humanas são assimiladas e classificadas de acordo com o grau de eficiência com que colaboram com a sociedade civilizada; estamos vivendo em uma sociedade do trabalho.

Como mortos-vivos, somos seres que perderam sua função, passando a apenas alimentar e assimilar os outros. Como as células

cancerígenas, não vivemos mais para o corpo, mas apenas para o nosso próprio crescimento. Nosso princípio de ação é determinado por forças estranhas à vida.

A perda das funções humanas leva a uma busca constante por algo que falta e à reprodução de uma rotina sem sentido e sem propósito, gerando medo, raiva e desespero. A morte-vida, ao contrário da morte, se espalha, dominando mentes e corpos, num movimento de expansão pelo engano e pela violência. A morte fecha o círculo da vida, mas a morte-vida impede que o círculo da vida se feche, criando um círculo vicioso. Isso nos desconecta de nosso propósito como seres humanos e nos envia para uma espiral descendente de acumulação e expansão de poder.

Não é por acaso que alguns autores vincularam os mortos-vivos à maldição de Caim, o primeiro fazendeiro, o primeiro assassino e também o fundador da primeira cidade. Caim foi condenado a vagar pela terra sem rumo e recebeu uma marca que o impede de ser morto, mas todo o seu trabalho resulta em cinzas. Ele é, por definição, um homem despojado de seu papel humano, condenado a caminhar rumo ao vazio, a uma existência sem sentido.

Caim, que arrou seu campo com o sangue de seu irmão, é o primeiro a acumular. Em hebraico, Caim significa "homem de posses". Ele, que era herdeiro da condenação ao trabalho pelo pecado da avareza, torna-se agora também o fundador de uma nova maldição: a carência que leva à destruição da vida pelo trabalho.

Escolhemos o trabalho como fonte não só de sustento, mas de sentido existencial. Todos os aspectos do trabalho moderno, incluindo a programação de comportamentos por meio do cálculo da produtividade, tornam-se aspectos da vida moderna. Mas a vida

transformada em produto também passa a fazer parte de um processo sem sentido quando o consumo acaba. Ou seja, esse processo é a transformação de tudo que é vida em morte-vida.

7. Ambientalismo capitalista

Um dia, os maiores criminosos do mundo se reuniram em uma conferência global para discutir uma questão muito importante: as atividades criminosas estão destruindo o mundo. A principal preocupação era que os criminosos estavam agindo de forma muito brutal, muito violenta, muito predatória. Sua fonte de renda estava simplesmente sendo destruída, literalmente extinta. Algo tinha que ser feito com urgência, senão os bandidos não teriam mais gente para roubar; matar; estupro; chantagem; extorquir e explorar. Isso significa que eles não conseguiriam mais manter seu estilo de vida, teriam que viver como antes, sem conseguir os benefícios que só o crime pode trazer. E seria terrível demais ter que parar agora que chegaram tão longe.

Então eles pensaram em uma grande solução: vamos preservar! Não vamos matar alguém que não precisa ser morto. Não vamos tirar absolutamente tudo que a pessoa tem. Sejam os racionais e eficientes, economizemos nossos recursos. Chamaram essa ideia de “sustentabilidade”, e no mundo todo se falava muito em crime consciente. Os analistas calcularam qual seria a porcentagem ideal para roubar de alguém, para que a pessoa se recuperasse mais rapidamente e, assim, fosse roubada novamente em menos tempo. Esse tipo de discussão entusiasmava os criminosos, que escreviam muitos artigos sobre as novas perspectivas, novos paradigmas e novos rumos para o crime. Disseram coisas como: “Um crime mais

sustentável é possível” e “Devemos ter respeito por aqueles que exploramos”. Do que você acha que se trata esta história?

Muitos acreditam que há uma crise de consciência afetando os poluidores e destruidores do mundo, e que agora percebemos o mal que estamos fazendo e estamos caminhando para uma mudança, para deixar um mundo melhor para as gerações futuras.

A ideia de que a preocupação ecológica é recente esconde que todas as medidas destinadas a restabelecer o equilíbrio entre o ser humano e a natureza falharam miseravelmente e que estamos a repetir os mesmos erros há séculos. A longa história da relação entre o ser humano e a natureza está repleta de falhas colossais em termos de alcançar uma coexistência harmoniosa. Desde a antiguidade, existem pensadores preocupados com o desmatamento e as barragens. Nada disso é novo e é claro que as coisas pioraram apesar de toda a preocupação. Tendemos a pensar que hoje estamos mais conscientes porque temos mais acesso à informação.

Hoje culpamos o petróleo e as corporações, mas houve um tempo no passado em que o petróleo prometia uma energia mais limpa e eficiente. O petróleo já foi o que o biodiesel é hoje: uma alternativa ecológica, muito menos poluente que seu antecessor, o carvão. Quando ficará claro que encontrar fontes alternativas de energia não é suficiente? O mais importante é o que fazemos com essa energia. Dizer que podemos mover nossos carros sem poluir o ar com monóxido de carbono seria como, 200 anos atrás, dizer que poderíamos mover nossas carroças sem poluir as ruas com fezes. Sim, é verdade, e daí? Nossa ingenuidade consiste em persistir na mesma mentalidade que substituiu as carroças pelos carros.

Para a sociedade de consumo, a ruína do ambientalismo se dá por não priorizar o progresso. A questão do fracasso do ambientalismo está sendo vista como uma questão de mudança de foco da ecologia para a economia. A crise ambiental é vista como mais um desafio que o capitalismo pode e deve superar, com a ajuda da tecnologia e da cultura.

A preocupação agora é como tornar a preservação do meio ambiente algo “erótico” e “rentável”. Qualquer proposta que não leve isso em consideração pode ser considerada irreal. Se isso for verdade, o ambientalismo está condenado. Mesmo assim, devemos ir contra a cultura da morte produzida pelo processo civilizatório.

8. Contra o eco-consumismo

A grande questão no debate ecológico atual tem sido como conciliar padrões sustentáveis de produção e consumo com uma economia baseada no desenvolvimento acelerado dos meios de produção e consumo. Esta é uma questão política. Se o consumidor estiver submetido a um sistema econômico insustentável, ele não tem o poder de fazer escolhas que levem ao consumo sustentável. Dizer que o consumo sustentável, ético, responsável e consciente é uma questão de escolha do consumidor é ingênuo. Os consumidores dependem da cultura de consumo para definir o que é sustentável. Não reconhecemos o que significa ser sustentável em uma cultura que depende do desenvolvimento econômico acelerado. Usamos essa palavra sem saber o que ela significa em termos práticos e fora da lógica do consumo (MEZZACAPPA, 2008).

O discurso do eco-consumo não é necessariamente de consumir menos, mas sim de colocar o consumidor como protagonista, como

agente multiplicador de ações políticas privadas voltadas para a sustentabilidade. Ele deve entender o que motiva o consumo e saber separar as necessidades reais das necessidades criadas. Mas como o consumidor faz isso?

A mídia que propaga essa “consciência ecológica” está sob o controle do sistema econômico. Eles têm um bom motivo para propagar ideias supostamente contrárias à cultura predominante. Eles se baseiam na crença de que o sucesso comercial pode ser compatível com a minimização do impacto ambiental causado pela extração de recursos naturais. Ou seja, utilizam um critério de ética profissional aliada à eficiência produtiva. Esse critério vem do próprio desenvolvimento do capitalismo como racionalização das relações baseadas na produtividade. Parte-se da crença de que é possível a harmonia entre o bem-estar social e a eficiência dos meios de produção. Em outras palavras, o que hoje se propaga como consciência ecológica é uma ideologia adaptada ao espírito do capitalismo. Baseia-se na crença de que basta racionalizar o uso de tecnologias e meios de produção para que tudo dê certo. É como se o problema fosse a falta de desenvolvimento, e não o fato desse desenvolvimento ser baseado na produção e no consumo.

A revolução ecológica é proposta no formato de um novo contrato social, que define os limites do consumidor médio, garantindo ao mesmo tempo o consumo para os menos favorecidos e o crescimento do lucro para empresas “sustentáveis”, supostamente redistribuindo renda para a população pobre. Quando o economista sustentável diz que “podemos ser sustentáveis com responsabilidade social e sem abrir mão do lucro”, está falando de um novo modelo de negócios, não de superação do capitalismo.

De um lado temos o discurso ecológico do tipo “místico”, que parece tratar dos pecados ambientais, da desgraça industrial, do apocalipse climático, da revelação de uma verdade oculta, da conversão subjetiva a um novo paradigma e da redenção por meio de novas tecnologias e de uma nova percepção. Por outro lado, os defensores do “desenvolvimento sustentável” unem a ecologia ao capitalismo e defendem uma espécie de “ecologia da prosperidade”. Ganhar dinheiro com a ecologia seria o único futuro possível para a ecologia. Ecologia passa a ser o mesmo que privatizar a natureza, ou seja, inseri-la na lógica do mercado, como uma espécie de investimento de longo prazo, pelo qual os indivíduos podem ser os únicos responsáveis, já que o estado falhou nessa missão. Isso implicaria, supostamente, maior eficiência na gestão dos recursos naturais, segundo a ideologia liberal.

O discurso ecocapitalista diz que a preservação da natureza só será possível quando todos os seres forem contabilizados como propriedades. Ou seja, a ecologia só se torna possível a partir da propriedade privada. É o que acontece quando falamos de pegada ecológica e capital natural... Estabelecemos uma relação financeiramente racional com a natureza como fonte de recursos materiais.

A figura central dessa revolução ecológica é o consumidor. Quem é o consumidor? O consumidor não é uma pessoa, é um papel assumido por uma pessoa. O papel de consumidor consciente ou cidadão ambientalmente responsável é assumido por uma pessoa, mas é apenas um modo de vida. Como todo produto cultural, é veiculado por uma indústria que explora esse segmento de mercado. A cultura encoraja a mudança social que é útil e necessária para a sociedade capitalista. Propaga uma ética da eficiência, que tem como foco

consumir bem. Transforma toda a sabedoria do bem viver na sabedoria do bom consumo (VOGT, 2008).

Não é fácil distinguir quando estamos sendo o agente ou o alvo desse discurso. O consumo virou entretenimento, e inclui a crítica ao próprio consumismo. Mas o consumo ainda sustenta a economia, que se tornou dependente do espetáculo. Quando o crédito diminui, o consumo diminui e isso gera uma crise. Para evitar o colapso, é preciso injetar crédito, que é como uma droga estimulante, cujo efeito enfraquece com o passar do tempo. É preciso pedir dinheiro emprestado para gastarmos o que não temos com o que não precisamos, porque sem aumentar a dívida não há desenvolvimento económico, e sem isso não há investimento, e sem investimento não há lucro, e sem lucro a competitividade diminui e as empresas tendem a falir, tirando empregos e a possibilidade de consumo, inclusive o consumo sustentável.

A cultura apresenta como modelo quem consome as coisas certas, reforçando assim uma representação que visa gerar coerção social para o consumo consciente. As crianças são as mais visadas pelas campanhas publicitárias. É comum ver pais brigando com os filhos enquanto eles gritam e choram por causa de um produto como se não valesse a pena viver sem ele. As crianças não têm culpa de sentir esse desejo avassalador, pois vivem em um ambiente cultural criado para gerar esse comportamento. O ambiente de um grande supermercado ou shopping é construído para atingir as fraquezas da psicologia humana. Mas é apenas um microcosmo do que acontece na cultura de consumo, onde o consumo adquire um sentido existencial. Hoje, não existem técnicas psicológicas mais bem desenvolvidas do que aquelas utilizadas para classificar, compreender e incentivar as práticas de consumo. Tais técnicas são

capazes de descrever e prever tendências de consumo em nível local e global com incrível precisão.

Embora o trabalho seja visto como algo que nos dignifica, a maior parte do trabalho visa cobrir despesas com consumos desnecessários, sejam seus ou do seu empregador. O que o trabalho realmente dignifica é o consumo.

O consumo permeia todos os aspectos da sociedade. Alcançamos os outros e mostramos nosso amor através do consumo. Nossa memória é formada pelos produtos que consumimos. Em última análise, todas as relações passam a ser mediadas pelo consumo. A produção e o consumo começam a dar sentido às práticas e representações sociais. O consumo torna-se uma necessidade simbólica geradora de coesão e ordem social, substituindo a religião em vários aspectos.

O consumismo, como o individualismo, é um problema muito maior do que costumamos retratar. A cultura propaga a ideia de que o individualismo é um problema moral, é um problema dos indivíduos, como sinônimo de egoísmo, quando na verdade o individualismo é um fenômeno social, e está implícito na própria ideia de analisar todos os fenômenos sociais do ponto de vista dos indivíduos (individualismo metodológico). Analogamente, poderíamos falar de um "consumismo metodológico", que vai muito além de um problema moral de indivíduos que consomem demais, e está implícito na ideia de que todas as questões, mesmo políticas (como o sofrimento animal) podem ser resolvidas com base em escolhas de consumo.

O aumento do consumo não deve ser visto como um problema que pode ser resolvido pelo consumo ecologicamente correto. Substituir

o consumo excessivo por um mais moderado não será suficiente. O eco-consumo continua a ser uma perspectiva ajustada a uma cultura que defende a crença, expressa por Benjamin Friedman, de que o crescimento econômico é necessário para manter a paz social. Se os ricos param de crescer, o sistema reage automaticamente e os pobres estão na parte mais vulnerável da zona de impacto. O sistema foi construído para depender do lucro crescente. Por isso alguns capitalistas defendem o próprio crescimento como possibilidade de gerar empregos e investir no crescimento do país como um todo. Se pararmos de fazer o dinheiro circular cada vez mais rápido, a situação pode piorar. Quando você desce uma montanha criando avalanches, parar não é mais uma opção segura. Ou você se torna parte da avalanche ou será soterrado nela. O downsizing se torna uma opção quando permite agilizar ainda mais os negócios. Só vale a pena se gerar mais possibilidades de lucro (ROMEIRO, 2008).

Demonstrar uma atitude ecologicamente correta tornou-se algo necessário para a sobrevivência da imagem social de empresas e indivíduos. A ecologia uniu desenvolvimento pessoal e ética profissional. As coisas mudam para permanecer as mesmas. A ecologia atual aponta para a superação das limitações materiais humanas, no sentido biotecnológico.

O problema com nosso modelo de produção e consumo não é que vivemos em um planeta finito. O planeta poderia ter recursos infinitos e o mesmo problema surgiria: o crescimento da produção leva à necessidade de consumir mais, o que por sua vez tende a reduzir a vida ao consumo. Este modelo ameaça a vida, seja ele bem-sucedido ou fracassado, com ou sem limitações naturais. De certa forma, reconhecer que o planeta é finito pode ser muito útil

para evitar que a força cega do mercado se destrua muito rapidamente por meio de um crescimento excessivo descontrolado. Mas essa consciência só nos obriga a mudar os modos de apropriação para que o processo continue a crescer de forma “sustentável”. Se a sustentabilidade se limita ao racionamento de recursos para manter o lucro, ela é tão sustentável quanto o crescimento infinito pode ser.

Quando toda mudança cultural só pode ocorrer por meio da produção cultural em massa, então a civilização venceu. Seria necessário mudar o que produz a cultura em primeiro lugar. Educação é a solução? Não quando transformada em mercadoria. Com os educadores sob o controle do mercado, a educação perde seu potencial de gerar profundas mudanças sociais.

Se o problema é encontrar uma forma ecológica de ganhar todo o dinheiro ganho com a devastação da natureza, então é apenas uma questão de substituir os modos de produção para preservar o sistema econômico e seu "ecossistema" subjacente. O problema central não deveria ser educar para a preservação do meio ambiente como fonte de recursos que alimentam a civilização. A degradação ambiental é consequência de um processo civilizatório que degrada também as relações humanas. Uma economia eficiente não nos torna mais capazes de refletir sobre a condição humana.

Continuamos aderindo a diferentes visões de mundo que não encontram um consenso sobre o problema humano. Podem ser coerentes com uma cultura que observa o problema do ponto de vista biológico, econômico, político, material ou pragmático, mas quando se fala do ser humano, o foco geralmente se restringe às

condições materiais de manutenção da civilização. Se esse foco não mudar, não iremos muito longe.

9. Como combater o eco-capitalismo

Quando escrevi este texto, em 2016, não via nenhuma proposta prática para resolver o problema. Mas agora, em 2023, algumas ideias surgiram. Primeiro, é preciso entender o que não pode dar certo: o desenvolvimento sustentável. O conceito de desenvolvimento econômico, no capitalismo, implica em crescimento da taxa de lucro, enquanto a sustentabilidade ecológica implica num nível de estabilidade, um limite para o crescimento. A ecologia "mainstream" usa um conceito de sustentabilidade adequado ao modelo econômico dominante, retirando dele qualquer potencial para uma crítica radical ao capitalismo.

A ecologia profunda faz uma crítica filosófica ao conceito de "desenvolvimento sustentável", apontando para uma contradição: o desenvolvimento é um conceito egocêntrico enquanto a sustentabilidade ecológica exigiria uma visão mais aberta, biocêntrica, sem excepcionalismo humano ou centralidade de valores civilizados. Uma relação verdadeiramente sustentável com a terra só pode ocorrer se o ser humano não se colocar como a única "racionalidade" que decide como tudo deve funcionar, o que deve ou não existir, como, onde e em que quantidade.

O eco-capitalismo é uma forma expandida de capitalismo. Uma forma que assimila as críticas aos modelos anteriores de capitalismo, como as críticas ao desperdício, à poluição e à desigualdade produzidas pelo capitalismo industrial, e as utiliza para criar novas formas de consumo. O eco-capitalismo é, acima de tudo,

tecnocrático. Portanto, a crítica contundente do ecocapitalismo precisa ser uma crítica ampliada do capitalismo, sintetizando a compreensão da origem dos problemas ecológicos humanos, há milhares de anos, com a compreensão do progresso civilizacional que levou à sociedade tecnológica em que vivemos hoje, onde as relações de trabalho e convivência social foram radicalmente alteradas.

À medida que o capitalismo atinge sua “forma final”, sua crítica precisa se tornar menos reformista. A crítica precisa se focar no que o capital não consegue assimilar. Críticas radicais à propriedade da terra, por exemplo, em vez de acreditar em uma gestão mais “racional”. Embora essa visão pareça difícil de defender hoje, ela é cada vez mais viável. O fortalecimento de uma sabedoria ancestral que se opõe tanto ao conceito de mercado quanto ao conceito de estado é um bom sinal. A crítica ecoanarquista da civilização no Brasil passou do discurso quase inacessível de autores como John Zerzan para o poderoso discurso de autores como Ailton Krenak e Davi Kopenawa.

A vantagem de usar mais autores como estes é imensa. Assim como de utilizar autoras feministas, que criticam radicalmente o patriarcado como fonte da dominação humana e animal. Essas “novas” autoras, que sempre existiram, mas ainda não foram devidamente lidas, fornecem um terreno menos acidentado para o desenvolvimento de uma visão anticolonial do “decrescimento”.

Latouche (2012) critica o crescimento econômico como uma crença irracional. Hoje, o decrescimento parece estar preso entre o avanço do fascismo de mercado e a oposição social-democrata. Como falar em decrescimento em um contexto em que todas as esperanças

estão depositadas em um presidente que promete a volta da fartura e do poder de consumo para o trabalhador brasileiro?

A resposta, para mim, é que devemos falar MAIS ALTO. Não apenas com palavras, mas com ações. Este é um momento propício, não porque supostamente estejamos em um momento mais democrático, mas justamente porque o modelo liberal democrático se mostrou incapaz de impedir os golpes neoliberais. Agora é a hora de desmascarar o eco-capitalismo. Muito mais que uma simples ilusão para atrair consumidores, o eco-capitalismo se apresenta como eco-fascismo. Não se trata apenas de se deixar enganar por marcas ecológicas e banhos mais curtos. Agora trata-se mais precisamente de destruir a estrutura sobre a qual o capitalismo tentará se sustentar nas próximas décadas. Os carros elétricos de Elon Musk não são apenas uma falsa solução. Eles são parte do problema, e devemos enfrentá-los com mais do que leis e bons mandatos. Devemos enfrentá-los com uma oposição política radical.

Referências

CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. Editora Cultrix, 2012.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Contraciv, 2021.

GODBOUT, Jacques T. Introdução à dádiva. Revista Brasileira de Ciências Sociais 13, p. 39-52, 1998.

HEINBERG, Richard. Was civilization a mistake? Against Civilisation, 2005.

HUSSON, Michel. O Capitalismo rumo a uma regulação caótica. Outubro revista. n. 19. p. 11-38, 2011.

JENSEN, Derrick. Actions speak louder than words. Green Fools Collective, 1998.

LATOUCHE, Serge. As vantagens do decrescimento. Protopia, 2012.

MEZZACAPPA, Marina. Outro sistema é possível? ComCiência, Campinas, n. 99, 2008.

MÜLLER, Tazio e PASSADAKIS, Alexis. 20 teses contra o capitalismo verde. Coletivo Ecologia Urbana, 2008.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Crescimento econômico e meio ambiente. ComCiência, Campinas, n. 99, 2008.

SAHLINS, Marshall. A sociedade afluente original. In: Cultura na prática. Tradutora: Vera Ribeiro. Editora UFRJ, p. 105-151, 2004.

VOGT, Carlos. O consumidor e o consumido. ComCiência, Campinas, n. 99, 2008.

